

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

PROAD 5208/2022

Data e horário: 14 de ago. de 2026 10:30 BRT

Local: Telepresencial



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

PARTICIPANTES TITULARES			
Portaria 97/2025			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Mariana Piccoli Lerina	Juíza Auxiliar da Presidência	☐	☒
Carolina Quadrado Ilha	Juíza Auxiliar da Corregedoria	☒	☐
Eduardo Duarte Elyseu	Magistrado Coordenador	☒	☐
Luís Henrique Bisso Tatsch	Magistrado	☒	☐
Maurício Schmidt Bastos	Magistrado	☐	☐
Jorge Alberto Araujo	Magistrado	☒	☐
Carolina Santos Costa	Magistrada representante da AMATRA IV	☐	☒
Daiana Saccol da Silva	Servidora	☒	☐
Sarah Rebeca Zicca Jacques	Servidora	☐	☐
Cristina Bottega	Servidora	☐	☐
José Fernando Gonzalez Valls	Servidor	☒	☐
Fabiana Pandolfo Cherubini	Servidora representante do Sintrajufe	☐	☒
Eduardo Batista Vargas	Magistrado	☒	☐
Leandro Krebs Gonçalves	Magistrado	☒	☐
Neusa Líbera Lodi	Magistrada	☒	☐
Sonia Maria Pozzer	Magistrada	☒	☐
José Américo Ilha de Quadros	Servidor	☐	☐



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Ana Paula Fofonka Pinheiro	Servidora	☐	☐
Marcelo Aranha Cagno	Servidor	☐	☐

Unidade de apoio executivo: Secretaria de Apoio aos Magistrados (SEAMA)

Secretária: Priscila Mósena de Godoy

PAUTA

- **Assunto 1,** Faltas justificadas;
- **Assunto 2,** Sistema PJE e melhorias no procedimento de assinatura de despachos em lote. Proposição de alteração do tempo ativo de login aos sistemas do Tribunal;
- **Assunto 3,** Equalização do trabalho. Local de acesso ao novo painel de equalização. Disponibilização das pautas por juízes, e não pelo Núcleo/Vara do Trabalho correspondente;
- **Assunto 4,** Secretários de audiência. Atualização dos PROAD's;
- **Assunto 5,** Assuntos gerais

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo vice-coordenador, Juiz Luís Henrique Bisso Tatsch, e registradas as deliberações, a seguir enumeradas.



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Assunto 1: Faltas justificadas

Quanto às faltas justificadas, a **Juíza Mariana Piccoli Lerina** justifica sua não participação na reunião em razão de férias (PAS: 12/08/2026 a 21/08/2026). A **servidora Fabiana Pandolfo Cherubini**, por sua vez, informa que encontra-se em período de férias (PAS: 12/08/2026 a 26/08/2026) e que está participando do 17º CONOJAF – Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, circunstâncias que impossibilitam seu comparecimento. Registra-se, ainda, a ausência da **Juíza Carolina Santos Costa**, em razão de licença para tratamento de saúde (PAS: 12/08/2026 a 08/09/2026).

Assunto 2: Sistema PJE e melhorias no procedimento de assinatura de despachos em lote. Proposição de alteração do tempo ativo de login aos sistemas do Tribunal.

O Juiz **Jorge Alberto Araújo** relata que, durante a realização de despachos, o sistema apresenta quedas frequentes de login, sendo necessário efetuar novo login pelo celular e, posteriormente, retornar à página para realizar novamente o acesso. Sugere que a Juíza Carolina leve a questão à Corregedoria, inclusive para avaliação junto à área de Tecnologia da Informação (TI).

Na sequência, a juíza **Sônia Maria Pozzer** relata que, ao realizar assinaturas em lote, alguns despachos retornam para assinatura, especialmente nos casos que não possuem duplo PIN. Os/as Juízes/as **Jorge Alberto Araújo** e **Sônia Maria Pozzer** e o **servidor José Fernando Valls** esclarecem que os processos com dependência/conexão precisam ser assinados separadamente, não sendo possível incluí-los na assinatura em lote. O servidor **José Valls** explica algumas situações que impedem assinatura em lote: a) conexão ou dependência; b) Vara Digital; c) processos nos quais o servidor fixa o despacho por meio do botão vermelho, localizado na parte inferior esquerda da tela,



sendo possível a assinatura somente após desmarcação do botão vermelho, quando a assinatura em lote é interrompida. O Juiz **Luis Henrique Bisso Tatsch** acrescenta que, quando há a edição de um único despacho dentre aqueles selecionados para assinatura em lote, todos os demais são retirados da seleção, situação decorrente de atualização realizada no ano passado.

Diante dessa dificuldade, o **Juiz Eduardo Batista Vargas** sugere que o servidor responsável deixe um lembrete no PJE, de modo que, no momento da assinatura em lote, os processos destacados em vermelho não sejam assinados, permanecendo para assinatura posterior. Propõe, ainda, como melhoria do sistema, que os casos de conexão e dependência também sejam identificados em vermelho na própria tela de assinatura, evitando equívocos e a consequente interrupção da assinatura em lote.

A **Juíza Carolina Quadrado Ilha** registra que enviará esforços para viabilizar as melhorias sugeridas pelos membros desta Comissão, relacionadas aos itens 01 a 04 abaixo arrolados. Caso não seja possível solucioná-las diretamente, a Comissão formalizará pedido oficial junto às áreas competentes.

1) Identificação de queda do sistema PJE/Tribunal com muita frequência.

2) Identificação de problemas na assinatura em lote para casos de conexão/dependência, varas digitais ou outras situações identificadas pela área técnica. Solução sugerida: indicação de “alfinete/cadeado” vermelho automático nesses casos que o PJE não aceita assinatura em lote, evitando que o magistrado marque-o em lote e o despacho retorne à origem para assinatura;

3) Identificação de problemas na assinatura em lote para casos de despachos alterados na correção. Antes da recente atualização, a alteração do teor dos despachos não derrubava a assinatura em lote.

4) Identificação de problemas na ferramenta “cadeado vermelho” do PJE: a informação é de que este cadeado aparece apenas quando o magistrado começa a



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

manusear a listagem dos processos com despacho pendente de assinatura, sendo fundamental que este destaque conste desde logo para que este processo não seja marcado em lote pelo assinante, evitando que os despachos retornem para assinatura..

Assunto 3: Equalização do trabalho. Local de acesso ao novo painel de equalização. Disponibilização das pautas por juízes, e não pelo Núcleo/Vara do Trabalho correspondente.

A **Juíza Carolina Ilha** informa o lançamento do painel de regime de equivalência, já disponibilizado aos magistrados. Relata que poucos colegas informaram ter acessado a ferramenta até o momento e que dois deles identificaram possíveis inconsistências, ressaltando que o canal permanece aberto para o recebimento de sugestões e apontamentos.

O Juiz **Luis Henrique** pergunta se há previsão de disponibilização do painel juntamente com os demais painéis existentes, o que facilitaria o acesso pelos magistrados. A Juíza **Carolina** explica que a ferramenta é recente e que, inicialmente, foi disponibilizada em uma aba da Corregedoria, mas que é possível colocá-la junto aos demais painéis.

A Juíza **Sônia** observa que, quando há audiência, os processos relacionados à equalização aparecem apenas no Núcleo, não sendo visualizados na pauta geral do magistrado. Sugere que as audiências realizadas no Núcleo sejam concentradas na pauta do magistrado, sendo salientado pelo Juiz **Eduardo Vargas** a necessidade de identificação clara de quais atividades pertencem ao Núcleo e quais são da Vara do Trabalho. O servidor **José Valls** esclarece que a demanda para que a pauta fosse organizada por juiz, e não por VT ou Núcleo, já foi encaminhada à Corregedoria desde o ano passado, não havendo retorno até o presente momento. Menciona, ainda, haver solução interna para o problema, ressaltando a importância de que a solução não implique na criação de mais um "robô".



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

O Juiz **Luis Henrique** solicita que o tema seja incluído na pauta da próxima reunião, para que a Juíza Carolina possa apresentar retorno acerca das questões levantadas:

- 1) Disponibilização da **pauta de audiências única do Juiz**, com **identificação** clara das pautas correspondentes à **Vara do trabalho** e das correspondentes ao(s) **Núcleo(s)**;
- 2) Inclusão do **Painel do regime de equivalência**, também, **junto aos demais painéis da Corregedoria**.

Assunto 4: Secretários de audiência. Atualização dos PROAD's.

O Juiz **Luis Henrique** informa que a Presidência concordou com a solicitação apresentada pela Comissão e que houve encaminhamento para alteração do normativo correspondente. Ressalta, contudo, a necessidade de acompanhamento pela Comissão, a fim de verificar se a nova regra será efetivamente aplicada na prática.

A Juíza **Carolina Ilha** esclarece que outros pontos do normativo também serão avaliados e manifesta a expectativa de que a alteração proposta contribua para solucionar a questão. Informa que a SEGESP já vinha adotando essa interpretação, conforme entendimento do Comitê, mas que a alteração do normativo contribuirá para conferir maior clareza e facilitar sua aplicação. Quanto ao **formulário** criado pela ASPRODEC, considera que sua implementação constitui o próximo passo. Relata que a Diretoria-Geral (DG) se manifestou no PROAD no dia anterior, após a informação prestada pela SEGESP, e que o Proad foi encaminhado à Presidência para deliberação e definição dos próximos encaminhamentos.



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Assunto 5: Assuntos Gerais.

O Juiz **Luis Henrique** refere que irá conversar com o Juiz Eduardo Elyseu sobre a possibilidade de mobilizar os demais magistrados para que eles indiquem, junto ao Comitê, as demandas que considerem necessárias, permitindo que as situações sejam avaliadas pelo grupo. A Juíza **Carolina Ilha** sugere que o grupo de WhatsApp seja utilizado como canal para o encaminhamento de problemas e demandas. O Juiz **Eduardo Vargas** destaca a importância de relembrar periodicamente os magistrados acerca dessa possibilidade. O Juiz **Jorge** acrescenta que a elaboração de um breve resumo ou relato de cada reunião poderia estimular o surgimento de novas demandas, o que poderia ser acompanhado do link da ata disponibilizada no site do TRT.

O servidor **José Valls** apresenta, ainda, a questão da deficiência de FCS nas secretarias, mencionando que as áreas competentes têm informado que não há possibilidade de ampliação em razão da ausência de orçamento, embora, paralelamente, sejam criadas em outras unidades. A Juíza **Carolina Ilha** esclarece que a questão está sob responsabilidade da Presidência. Ainda no âmbito das secretarias, **José Valls** sugere a criação de uma “espécie de Galileu” destinado às Secretarias, capaz de auxiliar na análise dos processos que aguardam despacho. A Juíza **Carolina Ilha** informa que o Gemini já é utilizado nas secretarias, mas se compromete a encaminhar a proposição. Por fim, **José Valls** sinaliza a importância de acompanhar a evolução da proposta da OAB no TRT da 2ª Região acerca da unificação de secretarias, tendo apontado como única vantagem a uniformização dos procedimentos.

O Juiz **Eduardo Duarte Elyseu** considera pertinente a sugestão apresentada pelo Juiz Jorge Araújo quanto à comunicação periódica aos magistrados, agregando informações sobre as atribuições do Comitê, de modo que os juízes tenham clareza sobre quais demandas podem ser encaminhadas por esse canal. Relata que utiliza com frequência o



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

Galileu, inclusive com a organização do trabalho em duas telas. Na tela da direita, mantém quatro campos destinados aos processos, subsídios (textos produzidos), jurisprudência e notas. **Observa que, atualmente, o Galileu disponibiliza as notas antes da conclusão para sentença.**

O Juiz **Jorge Araújo** sugere, ainda, que sejam avaliadas formas de realização de concursos distintos para o primeiro e o segundo graus. Em relação ao desenvolvimento de uma ferramenta de Galileu voltada aos despachos, informa que a **proposta foi apresentada no Linova**, tendo recebido da servidora Natasha, Secretária-Geral de Tecnologia e Inovação, a informação de que já havia projeto semelhante em andamento. Relata que, ao consultar o painel da unidade, identificou aproximadamente 400 processos vencidos, e que, a partir da análise dos despachos, verificou que diversos processos já possuem despacho realizado, mas retornam para nova análise quando poderiam avançar diretamente para a próxima determinação. **Diante disso, afirma que está estruturando uma proposta para apresentação à Presidência, com o objetivo de buscar soluções que utilizem efetivamente recursos de inteligência artificial para enfrentar essas dificuldades.**

Registra-se, ainda, a avaliação de que, entre as ferramentas disponíveis, o Claude apresenta desempenho superior ao Gemini. O servidor **José Valls** relata que anteriormente utilizava o Claude, mas retornou ao Gemini após a disponibilização do ChatJT, ressaltando a necessidade de uma ferramenta de inteligência artificial mais eficiente integrada ao próprio ChatJT.

O Juiz **Eduardo Elyseu** relata que as ferramentas adequadas de inteligência artificial lhe proporcionam significativa economia de tempo, utilizando recursos disponibilizados tanto internamente quanto externamente ao TRT. Ressalta, contudo, que tais ferramentas não substituem a decisão do magistrado, mas auxiliam e otimizam sua construção. Sugere, nesse contexto, que se pense em formas de qualificação dos magistrados para o uso adequado dessas tecnologias, inclusive quanto à utilização responsável do sistema nos



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

atos decisórios. **Coloca-se à disposição para que o Juiz Jorge Araújo, após conversar com o servidor José Valls, apresente ao Comitê os projetos que entender pertinentes, para eventual encaminhamento.**

Na sequência, o Juiz **Luis Henrique** aborda a questão da insuficiência orçamentária apontada pelas áreas competentes. Relata a demora na revisão das lotações para a reorganização das Varas do Trabalho e envio de servidores às unidades que apresentam aumento da movimentação processual. O Juiz **Eduardo Elyseu** informa que o CSJT não está autorizando concursos neste ano e que, para ingresso na carreira da magistratura do TRT, é necessária a aprovação prévia no ENAM, com média mínima 7, havendo baixo índice de aprovação. Considera, assim, difícil o preenchimento dos cargos necessários. Informa que há projeto prevendo a criação de diversos cargos e funções na estrutura do TRT.

Registra-se que será nomeado, para a unidade de São Gabriel, servidor aprovado no último concurso, em razão da exoneração de servidor anteriormente designado. Esclarece-se que, caso a vacância tivesse decorrido de aposentadoria, a situação seria diversa. Atualmente, há déficit de 200 servidores, com projeção de que esse número se aproxime de 400. Menciona-se, ainda, levantamento realizado pela SEAMA, que aponta aproximadamente 1.600 audiências adiadas. Por fim, registra-se que, até o momento, não houve sinalização do CSJT quanto à liberação de recursos para a realização de concurso para magistrados.

A Juíza **Sonia** destaca dois problemas principais: a insuficiência de servidores e a necessidade de revisão do cálculo da lotação ideal, que entende deva ser reavaliado pelo CSJT. O Juiz **Eduardo Elyseu** informa que há estudo em andamento para revisão da lotação paradigma na Justiça do Trabalho, com o objetivo de adequá-la à resolução do CNJ. A Juíza **Carolina Ilha** acrescenta que a revisão se encontra em etapa final, embora, segundo sua avaliação, as alterações previstas sejam pouco significativas. O servidor **José Valls** pondera que o problema enfrentado pelas Varas do Trabalho tem



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

origem na própria estrutura de lotação. Explica que a lotação das Varas é flutuante, enquanto a do Tribunal é fixa, defendendo a necessidade de que a estrutura de pessoal acompanhe a variação da demanda processual.

Diante de todas as exposições, a juíza **Carolina Ilha** compromete-se a levar, também, essas demandas à SEATECO:

- 1) **Novajus:** identificado problema na criação dos documentos, em razão do qual o nome das partes não é exibido ao criar um novo documento .
- 2) **Notas no sistema Galileu para anotação após as audiências:** o sistema permite notas até a conclusão da sentença, segundo informação do juiz Eduardo Elyseu.
- 3) **Criação de um Galileu para as Secretarias:** criação de sistema que efetue a análise do processo e facilite a elaboração das minutas de despachos, apresentando sugestão de minuta, como consta no Gemini.

A próxima reunião ficou marcada para o dia **09 de outubro de 2026**, às 10h30min, via meeting.



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

ENCAMINHAMENTOS E PENDÊNCIAS			
TAREFA	RESPONSÁVEL	PRAZO	OBSERVAÇÕES
Verificar/diligenciar junto à SEATECO sobre a possibilidade das seguintes melhorias: Assunto 2: - Tempo de login ativo sistemas TRT4 - assinatura em lote (conexão/dependência, varas digitais, outras) e marcador/cadeado vermelho - assinatura em lote e retificação de despacho			
Assunto 3: - Pauta de audiências única do Juiz (não separar Núcleo) - Inclusão do Painel do regime de equivalência junto aos demais painéis da Corregedoria. Assunto 5: - Novajus - Notas Galileu - Criação de espécie de Galileu para secretarias	Juíza Carolina Quadrado Ilha	09-10-2026	
Assunto 5 - Assuntos gerais Estímulo para que juízes de 1º grau apresentem questões a este Comitê, sendo o Whatsapp um canal para informar o que a comissão tem realizado e para receber novas demandas	Juiz Luis Bisso conversará com Juiz Eduardo Elyseu	09/10/2026	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes (última validação em 28/08/2026).